REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 01/02/2026
Vol: 02.1
DOI: 10.61164/rae9gn89
Pages: 1-25

CONTROLE SOCIAL DIGITAL E PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

DIGITAL SOCIAL *ACCOUNTABILITY* CONTROL AND STUDENT PARTICIPATION IN PUBLIC UNIVERSITIES: AN INTEGRATIVE LITERATURE REVIEW

CONTROL SOCIAL DIGITAL Y PARTICIPACIÓN ESTUDIANTIL EN UNIVERSIDADES PÚBLICAS: UNA REVISIÓN BIBLIOGRÁFICA INTEGRADORA

Sávia Teresa Martins Camarço.
Mestrando em Administração Pública. Universidade Federal do Piauí (UFPI).Brasil.
E-mail: savia@ufpi.edu.br

Hellen Kellen Mendes de Lima
Mestrando em Administração Pública. Universidade Federal do Piauí (UFPI).Brasil.
E-mail: hellenkellen@ufpi.edu.br

Liliane Araújo Pinto
Doutora em Administração. Universidade Federal do Piauí (UFPI). Brasil
E-mail: liliane@ufpi.edu.br

Mauricio Mendes Boavista de Castro
Doutor em Administração. Universidade Federal do Piauí (UFPI). Brasil
E-mail: mauricioboavista@ufpi.edu.br

Maria de Lourdes de Melo Salmito Mendes
Doutora em Administração. Universidade Federal do Piauí (UFPI). Uni. Brasil
E-mail: admsalmito@ufpi.edu.br

Kelsen Arcângelo Ferreira e Silva
Doutor em Educação. Universidade Federal do Piauí (UFPI). Brasil
E-mail: kelsen@ufpi.edu.br

RESUMO

Este artigo analisa o papel das redes sociais digitais como instrumentos de controle social exercido por estudantes universitários sobre a gestão acadêmica em instituições públicas de ensino superior no Brasil. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, conduzida conforme o protocolo proposto por Souza, Silva e Carvalho (2010), que examinou 11 estudos publicados entre 2015 e 2025, selecionados em bases nacionais e internacionais. Os resultados indicam que as redes sociais têm sido apropriadas como arenas de denúncia institucional, articulação coletiva e pressão pública, ampliando a visibilidade de conflitos e demandas estudantis diante das fragilidades dos mecanismos formais de participação. A análise evidenciou três eixos centrais: a construção de narrativas contra-hegemônicas, a mobilização digital com potencial de repercussão administrativa e os limites estruturais que condicionam a efetividade do controle social em ambientes universitários. Conclui-se que, embora as mídias digitais tenham se consolidado como espaços relevantes de participação e

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 01/02/2026
Vol: 02.1
DOI: 10.61164/rae9gn89
Pages: 1-25

accountability não institucionalizada, sua eficácia depende do reconhecimento institucional dessas práticas e da existência de mecanismos de escuta, diálogo e incorporação das demandas formuladas em rede.

Palavras-chave: Controle social. Redes sociais digitais. Ativismo estudantil. Universidades públicas. Governança universitária.

ABSTRACT

This article analyzes the role of digital social networks as instruments of social accountability exercised by university students regarding academic management in public higher education institutions in Brazil. It is an integrative literature review, conducted according to the protocol proposed by Souza, Silva, and Carvalho (2010), which examined 11 studies published between 2015 and 2025, selected from national and international databases. The results indicate that social networks have been appropriated as arenas for institutional denunciation, collective articulation, and public pressure, expanding the visibility of conflicts and student demands given the weaknesses of formal participation mechanisms. The analysis highlighted three central axes: the construction of counter-hegemonic narratives, digital mobilization with potential for administrative repercussions, and the structural limits that condition the effectiveness of social accountability in university environments. It is concluded that, although digital media have consolidated themselves as relevant spaces for participation and non-institutionalized accountability, their effectiveness depends on the institutional recognition of these practices and the existence of mechanisms for listening, dialogue, and incorporation of demands formulated online.

Keywords: Social accountability. Digital social networks. Student participation. Public management. Higher education.

RESUMEN

Este artículo analiza el papel de las redes sociales digitales como instrumentos de control social ejercido por estudiantes universitarios sobre la gestión académica en instituciones públicas de educación superior en Brasil. Se trata de una revisión bibliográfica integradora, realizada según el protocolo propuesto por Souza, Silva y Carvalho (2010), que examinó 11 estudios publicados entre 2015 y 2025, seleccionados de bases de datos nacionales e internacionales. Los resultados indican que las redes sociales se han apropiado como espacios para la denuncia institucional, la articulación colectiva y la presión pública, aumentando la visibilidad de los conflictos y las demandas estudiantiles ante las debilidades de los mecanismos formales de participación. El análisis destacó tres ejes centrales: la construcción de narrativas contrahegemónicas, la movilización digital con potencial de repercusiones administrativas y las limitaciones estructurales que condicionan la efectividad del control social en entornos universitarios. Se puede concluir que, si bien los medios digitales se han consolidado como espacios relevantes para la participación y la rendición de cuentas no institucionalizadas, su efectividad depende del reconocimiento institucional de estas prácticas y de la existencia de mecanismos para escuchar, dialogar e incorporar las demandas formuladas en línea.

Palabras clave: Control social. Redes sociales digitales. Activismo estudiantil. Universidades públicas. Gobernanza universitaria.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 01/02/2026
Vol: 02.1
DOI: 10.61164/rae9gn89
Pages: 1-25

1 INTRODUÇÃO

As transformações digitais ocorridas nas últimas décadas têm redefinido as formas de articulação política, os mecanismos de controle social e os modos de produção simbólica no espaço público. A emergência das redes sociais digitais como instâncias de visibilidade, debate e contestação alterou profundamente a relação entre sujeitos e instituições, reconfigurando as disputas por reconhecimento e cidadania. Para Castells (2003), trata-se de uma transformação estrutural das relações de poder, na qual os fluxos de informação digitalizada assumem papel central na disputa simbólica e na construção da ação coletiva.

Nesse contexto, as redes sociais passam a desempenhar funções que extrapolam a comunicação interpessoal, convertendo-se em instrumentos de participação e de accountability informal (Almeida; Bautista; Addor, 2017). O controle social, compreendido como o conjunto de ações por meio das quais a sociedade fiscaliza, avalia e influencia a condução da coisa pública, assume novas configurações diante do avanço das tecnologias digitais. Conforme argumenta Barcellos (2011), esse controle manifesta-se tanto na esfera jurídica, por meio de instrumentos legais e judiciais, quanto na esfera política, através de mobilizações, protestos e ações coletivas que pressionam por maior transparência e democratização das decisões.

Nas universidades públicas, esse duplo aspecto do controle social se complexifica em razão da natureza colegiada da gestão, do princípio da autonomia universitária e da pluralidade de interesses em disputa. Nesse cenário, as redes sociais digitais emergem como vias alternativas de fiscalização e contestação, permitindo que estudantes e coletivos universitários mobilizem denúncias, documentem práticas institucionais problemáticas e construam campanhas com forte impacto simbólico. Essa dinâmica insere-se no processo de pluralização da política, caracterizado pela emergência de novos atores, linguagens e arenas de disputa no espaço público (Bredow, 2025).

O uso das redes sociais por estudantes universitários não se restringe à expressão simbólica de insatisfações, mas configura-se como prática organizada de intervenção sobre a realidade institucional. A constituição dessa forma de controle

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 01/02/2026
Vol: 02.1
DOI: 10.61164/rae9gn89
Pages: 1-25

social digital exige não apenas presença nas redes, mas capacidade de articulação coletiva, domínio narrativo e inteligência colaborativa (Almeida; Bautista; Addor, 2017). Conforme aponta Sposito (2000; 2016), há um descompasso entre os canais institucionais de participação oferecidos pela universidade e as novas formas de ação política juvenil. A gestão muitas vezes não reconhece a legitimidade dessas novas gramáticas políticas, tratando-as como desvios ou recusa à participação, quando na verdade são outras formas de engajamento.

Sabioni et al. (2016) ressaltam que o controle social não se efetiva pela simples existência de instrumentos formais, mas pela capacidade desses dispositivos de acolher demandas e produzir efeitos concretos. No campo da educação superior, isso implica reconhecer que a participação estudantil não pode se restringir a momentos rituais, como eleições ou assembleias, devendo ser compreendida em sua expressão cotidiana, inclusive na esfera digital. As redes sociais, por sua natureza aberta, descentralizada e dinâmica, têm ampliado a visibilidade de temas negligenciados pelos canais institucionais, contribuindo para a conformação de uma agenda pública interna às universidades.

Contudo, esse potencial só se realiza plenamente quando há políticas institucionais de escuta ativa, respostas tempestivas e disposição para a negociação (Pinto; Leite, 2020). Na ausência dessas condições, tende a prevalecer um sentimento de frustração participativa, que desmobiliza coletivos e compromete a legitimidade da gestão universitária. A literatura alerta, ainda, para o risco de captura simbólica das redes por práticas corporativas ou personalistas, capazes de esvaziar seu caráter político e diluir sua potência transformadora. Assim, analisar as condições de emergência, eficácia e limitação do controle social digital no contexto universitário constitui tarefa urgente e ainda pouco explorada na produção acadêmica nacional. Essa escassez na literatura é apontada por Simão (2016), que identifica uma lacuna histórica na produção sobre movimentos estudantis no campo da educação, e ratificada por estudos mais recentes sobre juventude e política, que indicam que a participação digital ainda é pouco analisada sob a ótica do impacto na governança institucional (Parra Sandoval, 2021).

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 01/02/2026
Vol: 02.1
DOI: 10.61164/rae9gn89
Pages: 1-25

Embora existam estudos que abordem a relação entre redes sociais e educação, grande parte da produção concentra-se em aspectos técnicos da comunicação institucional ou em práticas de marketing educacional. Pesquisas recentes, como as de Farnese (2023) e Leonardo (2024), analisam o engajamento digital predominantemente como estratégia de fortalecimento da imagem institucional ou de divulgação científica, pouco explorando os conflitos, disputas e resistências que emergem desses espaços. De modo semelhante, investigações atuais sobre o uso de plataformas como o Instagram em universidades públicas tendem a priorizar métricas de engajamento e estratégias de visibilidade (Ricardo, 2024), marginalizando debates sobre governança, *accountability* e o papel político da participação estudantil no ensino superior público.

Diante dessa lacuna teórica e empírica, o presente artigo propõe-se a sistematizar criticamente a literatura sobre o uso das redes sociais digitais como instrumentos de controle social no contexto universitário. A problemática que orienta o estudo parte da seguinte questão: de que forma as redes sociais digitais têm sido apropriadas por estudantes universitários como ferramentas eficazes de controle social sobre a gestão acadêmica nas instituições públicas brasileiras? A investigação busca responder a essa indagação a partir da análise de produções acadêmicas publicadas entre 2015 e 2025, com foco em estudos teóricos e empíricos que abordem a interface entre ativismo estudantil, controle social e mídias digitais.

O objetivo geral do artigo consiste em analisar como as redes sociais digitais têm sido utilizadas por estudantes universitários como instrumentos de controle social sobre a gestão acadêmica, a partir de uma revisão integrativa da literatura. Especificamente, busca-se: (i) mapear as principais estratégias de mobilização digital empregadas por coletivos estudantis nas universidades públicas; (ii) identificar os impactos dessas ações sobre os processos institucionais de deliberação e escuta; e (iii) discutir os limites e as potencialidades do uso das redes como ferramentas de engajamento cívico no contexto acadêmico. A opção pela abordagem integrativa fundamenta-se na proposta de Souza, Silva e Carvalho (2010), que defendem esse tipo de revisão como estratégia para reunir, avaliar e sintetizar pesquisas sobre um tema, possibilitando a identificação de tendências e lacunas investigativas.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 01/02/2026
Vol: 02.1
DOI: 10.61164/rae9gn89
Pages: 1-25

A relevância da pesquisa justifica-se pela atualidade do tema e pelo vazio teórico identificado na literatura nacional recente. Enquanto autores como Mancebo (2022) discutem amplamente os impactos da austeridade na autonomia universitária, observa-se uma lacuna específica sobre como o ativismo digital responde a esse cenário. A incorporação da cultura da *accountability* à governança universitária constitui, nesse sentido, condição fundamental para evitar a reprodução de práticas opacas (Vidal; Vieira, 2019).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste estudo, o conceito de controle social constitui o eixo articulador da análise, sendo compreendido como a capacidade coletiva de monitorar, tensionar e influenciar decisões institucionais, inclusive por meio de mediações digitais. A partir desse eixo, articulam-se as noções de participação, engajamento, governança e *accountability*, mobilizadas ao longo do referencial teórico para compreender as disputas contemporâneas em torno da universidade pública, da legitimidade política e dos processos decisórios.

2.1 O Controle Social e a Participação Cidadã no Contexto Democrático

A noção de controle social ganhou centralidade nos debates sobre democracia a partir da Constituição Federal de 1988, que instituiu o Estado Democrático de Direito como princípio estruturante da administração pública brasileira. Nesse contexto, o controle social compreende as práticas pelas quais a sociedade civil exerce vigilância e influência sobre o poder público, configurando-se como direito e dever coletivo fundamental à legitimidade democrática, cujas possibilidades de visibilidade e disputa simbólica são ampliadas pelas mediações digitais (Benevides, 1996; Silveira, 2011).

Na perspectiva da democracia deliberativa, a legitimidade das decisões políticas decorre da articulação entre os processos institucionais formais e a dinâmica da esfera pública, na qual a sociedade civil produz demandas, críticas e consensos capazes de influenciar a tomada de decisão (Habermas, 1997). Essa concepção permite compreender a participação democrática para além do voto periódico, como prática contínua de envolvimento cidadão, em consonância com a

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 01/02/2026
Vol: 02.1
DOI: 10.61164/rae9gn89
Pages: 1-25

proposta de Miorando e Leite (2018), que destacam a centralidade da sociedade civil organizada na construção de políticas públicas e na defesa de interesses coletivos, especialmente em contextos de desigualdade social e fragilidade institucional.

Entretanto, a literatura sobre controle social no Brasil indica que, apesar dos avanços institucionais observados desde a redemocratização, persistem limitações estruturais, culturais e políticas que comprometem sua efetividade (Gohn, 2019; Avritzer, 2023). Nesse sentido, pesquisas atuais corroboram que a centralização decisória e a baixa responsividade dos gestores públicos, agora blindados por burocracias digitais complexas, continuam a restringir a participação cidadã, simulando processos de escuta que não se traduzem em deliberação real (Schommer et al., 2015), o que acaba por esvaziar o potencial democrático dos mecanismos formais de controle.

Essa crítica é reforçada por estudos como Tatagiba (2021**)**, que aponta um processo de "recentralização decisória" e o esvaziamento político dos conselhos gestores, que, embora permaneçam existindo formalmente, tornaram-se excessivamente burocratizados e impermeáveis às demandas populares. No campo educacional, órgãos colegiados muitas vezes operam de modo meramente consultivo e ritualístico, gerando frustração e desmobilização. Ademais, a fragilidade da cultura democrática limita o engajamento efetivo, evidenciando que a existência de canais institucionais não assegura, por si só, a partilha de poder ou o controle social efetivo, conforme argumenta Avritzer (2023) ao analisar os impasses da democracia participativa no Brasil contemporâneo.

Em resposta a essas limitações, tem crescido a importância de práticas participativas que se articulam fora das estruturas convencionais, especialmente aquelas mediadas por tecnologias digitais. Para Miorando e Leite (2018), os espaços virtuais vêm se consolidando como arenas políticas emergentes, nas quais a sociedade civil exerce formas de controle simbólico, pressão discursiva e fiscalização coletiva. A atuação de movimentos sociais, coletivos estudantis e redes de ativismo digital demonstra que o controle social pode ocorrer de maneira descentralizada, horizontal e contínua (Miorando; Leite, 2018).

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 01/02/2026
Vol: 02.1
DOI: 10.61164/rae9gn89
Pages: 1-25

Essa perspectiva aproxima-se da análise de Silveira (2011), ao sustentar que o fortalecimento da cidadania ativa depende da construção de uma cultura de participação que vá além das estruturas legais, incorporando práticas cotidianas de intervenção, crítica e proposição. No contexto contemporâneo, contudo, essas práticas enfrentam desafios como a desigualdade de acesso à internet e a concentração de poder em plataformas privadas, ao mesmo tempo em que as tecnologias de informação e comunicação ampliam o repertório participativo e abrem novas possibilidades para o exercício do controle social, inclusive no ambiente universitário (Castells, 2009; Amadeu da Silveira, 2021).

2.2 O Controle Social nas Universidades Públicas

As universidades públicas brasileiras ocupam posição estratégica no projeto de desenvolvimento social do país, atuando não apenas como espaços de formação técnica, mas também como territórios de produção crítica, resistência política e elaboração de projetos coletivos. Ao assegurar a autonomia universitária, a Constituição Federal de 1988 instituiu um modelo institucional que pressupõe a participação ativa dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica nos processos decisórios, em consonância com o caráter democrático da universidade pública (Chauí, 2003).

Conforme argumenta Chauí (2003), as universidades públicas constituem instituições contraditórias por excelência: ao mesmo tempo em que promovem o saber crítico, também reproduzem estruturas de poder hierarquizadas e excludentes. Essa contradição manifesta-se na forma como a participação estudantil é frequentemente tolerada apenas nos limites institucionais pré-estabelecidos, por meio de conselhos e colegiados nos quais a representação discente possui reduzido peso decisório.

A emergência de práticas de controle social não institucionalizadas no espaço universitário responde, também, a um contexto mais amplo de precarização das condições de ensino e de crise de financiamento das universidades públicas. O avanço de políticas de austeridade, como a Emenda Constitucional n.º 95/2016, e os sucessivos cortes orçamentários agravaram tensões internas e catalisaram mobilizações de caráter estrutural (Vidal; Vieira, 2019).

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 01/02/2026
Vol: 02.1
DOI: 10.61164/rae9gn89
Pages: 1-25

À luz de Benevides (1996), o protagonismo estudantil nas lutas por democratização institucional pode ser compreendido como resposta às limitações dos mecanismos formais de participação. A autora aponta que as estruturas participativas no Brasil operam sob uma lógica formalista e tecnocrática, marcada por práticas verticalizadas e pela fragilidade da cultura democrática, contribuindo para a deslegitimação dos canais institucionais. Nesse cenário, fortalecem-se formas alternativas de participação estudantil, organizadas em coletivos, grêmios, diretórios e movimentos horizontais, que recorrem à articulação em rede e à pressão pública, tensionando os modelos tradicionais de gestão acadêmica.

Nesse processo, como destacam Diniz-Pereira e Soares (2019), os estudantes não apenas contestam medidas impopulares, mas reconfiguram os sentidos da universidade pública, aproximando sua função social dos ideais democráticos de justiça e inclusão. Trata-se de um campo de disputa simbólica, no qual a legitimidade não é garantida pela norma ou pelo cargo, mas pela capacidade de representar coletivamente interesses historicamente negligenciados (Castells, 2003).

Para Miorando e Leite (2018), é necessário superar a visão gerencial da universidade, centrada em indicadores de produtividade e eficiência, em favor de uma governança acadêmica na qual a participação seja estruturante. Isso implica reconhecer coletivos estudantis como atores legítimos, ampliar mecanismos de escuta e flexibilizar formatos institucionais, incorporando práticas comunicativas mediadas por redes digitais. Trata-se de reposicionar a universidade pública como espaço de convivência democrática, no qual o dissenso e o conflito sejam compreendidos como elementos constitutivos da vida acadêmica.

2.3 As Redes Sociais Digitais como Ferramenta de Controle Social Estudantil

As redes sociais digitais transformaram profundamente as formas de interação política na contemporaneidade, configurando novos modos de organização coletiva, construção de narrativas e exercício de pressão institucional. No âmbito universitário, esse processo ampliou as possibilidades de ação política dos estudantes, que passaram a utilizar plataformas como Instagram, X (antigo Twitter),

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 01/02/2026
Vol: 02.1
DOI: 10.61164/rae9gn89
Pages: 1-25

Facebook e TikTok não apenas como espaços de socialização, mas como arenas de disputa simbólica e canais de denúncia (Bredow, 2025).

Para Vidal e Vieira (2019), a conectividade em rede altera a lógica da ação coletiva, tornando possível a mobilização em tempo real, a difusão horizontal de pautas e a construção de identidades políticas compartilhadas, fortalecendo o engajamento no interior das instituições de ensino superior.

O uso estratégico das mídias digitais tem permitido a construção de campanhas com alto grau de mobilização simbólica. Miorando e Leite (2018) demonstram que coletivos estudantis utilizam as redes para questionar decisões administrativas, denunciar práticas discriminatórias, convocar assembleias e divulgar pautas de reivindicação. Essas ações combinam linguagem acessível, recursos visuais e dados objetivos, ampliando seu alcance e impacto.

Segundo Barcellos (2011), a linguagem digital inaugura uma nova gramática política, que desafia os modelos formais de deliberação e exige respostas institucionais compatíveis com a velocidade das redes. Entretanto, muitas administrações universitárias interpretam essas ações como desrespeitosas ou difamatórias, adotando posturas repressivas ou estratégias de silenciamento, o que evidencia disputas por legitimidade comunicacional no interior das universidades. Conforme analisa Leher (2021), esse fenômeno reflete o avanço de uma lógica autoritária que, ao invés de dialogar com a dissidência, busca criminalizar as práticas políticas estudantis, tratando-as como desvios disciplinares.

Além disso, as redes sociais favorecem a articulação entre diferentes segmentos da comunidade universitária, promovendo alianças em torno de pautas comuns. De acordo com Bredow (2025), essa dimensão intersetorial é fundamental para a consolidação de um controle social ampliado, que supere o corporativismo e fortaleça uma visão integradora da universidade pública. As redes, nesse contexto, deixam de ser meros meios de comunicação e assumem papel de dispositivos políticos que tensionam e reconfiguram as relações de poder.

Apesar de seu potencial transformador, o uso das redes como ferramenta de controle social enfrenta desafios como a desigualdade de acesso, a desinformação e

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 01/02/2026
Vol: 02.1
DOI: 10.61164/rae9gn89
Pages: 1-25

a precariedade da escuta institucional. Segundo Castells (2009), o ativismo digital só alcança efetividade quando encontra canais institucionais minimamente abertos ao diálogo e à revisão de práticas. Diante disso, torna-se fundamental que as universidades desenvolvam políticas de governança digital participativa, reconhecendo as redes sociais como espaços legítimos de deliberação e garantindo mecanismos de resposta qualificada às demandas ali expressas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo foi desenvolvido a partir do método da revisão integrativa da literatura, por permitir a síntese e a análise crítica de estudos empíricos e teóricos sobre um fenômeno ainda pouco sistematizado: o controle social universitário exercido por meio das redes sociais digitais. Conforme preconizado por Souza, Silva e Carvalho (2010), esse tipo de revisão é indicado quando se busca reunir e analisar resultados de pesquisas anteriores sobre um tema delimitado, de modo a compreender sua evolução, identificar lacunas e apontar tendências investigativas. Ademais, a revisão integrativa permite a síntese de múltiplos estudos publicados e possibilita a construção de conclusões gerais a respeito de uma determinada área de conhecimento (Mendes, Silveira e Galvão, 2008).

O processo metodológico foi conduzido em seis etapas, conforme o protocolo de revisão integrativa proposto por Souza, Silva e Carvalho (2010): (1) identificação do problema e definição da questão de pesquisa; (2) estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão; (3) definição das bases de dados e dos descritores; (4) seleção dos estudos; (5) análise crítica dos estudos incluídos; e (6) apresentação e discussão dos resultados. A questão norteadora da pesquisa foi: “Como as redes sociais digitais têm sido utilizadas como instrumento de controle social por estudantes universitários, entre 2015 e 2025?”.

Como critérios de inclusão, consideraram-se estudos publicados entre 2015 e 2025, nos idiomas português, inglês ou espanhol, com acesso ao texto completo, veiculados em periódicos indexados ou sob a forma de dissertações e teses. Foram incluídas produções de natureza teórica ou empírica que abordassem o controle social, o ativismo digital ou a participação universitária.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 01/02/2026
Vol: 02.1
DOI: 10.61164/rae9gn89
Pages: 1-25

O recorte temporal de 2015 a 2025 justifica-se pela reconfiguração estrutural da esfera pública digital observada na última década. Esse período demarca a consolidação da 'cultura da conectividade' e a massificação do acesso à internet via dispositivos móveis no Brasil, transformando as redes sociais em arenas centrais de disputa política (Cetic.br, 2023). Ademais, o intervalo compreende a transição crítica imposta pela pandemia de Covid-19, que acelerou a migração dos processos de governança e controle social para o ambiente virtual, tornando o digital não apenas um meio de comunicação, mas o próprio território da ação política.

A investigação buscou identificar não apenas usos diretos das redes sociais digitais como instrumentos de controle social, mas também as condições institucionais que favorecem ou limitam essas práticas no contexto universitário. Desse modo, mesmo estudos que não tratam diretamente de plataformas digitais foram incluídos no corpus da revisão por contribuírem para a compreensão das dinâmicas de participação estudantil, do controle social institucional e das lacunas de governança universitária. Foram excluídos trabalhos sem relação direta com o objeto de estudo ou restritos a aspectos técnicos da comunicação institucional.

As bases de dados bibliográficas consultadas foram Scopus, Web of Science, SciELO, selecionadas por sua reconhecida relevância, rigor editorial e ampla cobertura nas áreas da educação, ciências sociais aplicadas, da comunicação e das políticas públicas. De forma complementar, utilizaram-se o Google Acadêmico e o Portal de Periódicos da CAPES, enquanto portais de acesso e mecanismos de busca científica, com o objetivo de ampliar a recuperação de estudos pertinentes, incluindo literatura nacional e produções institucionais. Os descritores utilizados de forma combinada incluíram: “controle social”, “universidade pública”, “participação estudantil”, “redes sociais digitais”, “engajamento político” e “governança acadêmica”, com o emprego de operadores booleanos (AND, OR) e filtros por área do conhecimento.

A busca inicial resultou em 53 documentos. Após a remoção de duplicatas e a leitura dos títulos e resumos, 29 estudos foram selecionados para leitura na íntegra. Desses, 11 atenderam integralmente aos critérios de inclusão, compondo o corpus final da revisão, enfatiza-se que o número reduzido de artigos se deve à alta

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 01/02/2026
Vol: 02.1
DOI: 10.61164/rae9gn89
Pages: 1-25

especificidade do recorte (interseção entre gestão universitária pública + redes sociais + controle social). Os dados extraídos dos estudos selecionados foram organizados em planilha estruturada, contendo informações sobre autor, ano de publicação, título, objetivo, tipo de estudo, principais resultados e limitações. Os estudos que compõem o corpus foram analisados de forma integrada e categorial, não sendo discutidos individualmente no corpo do texto.

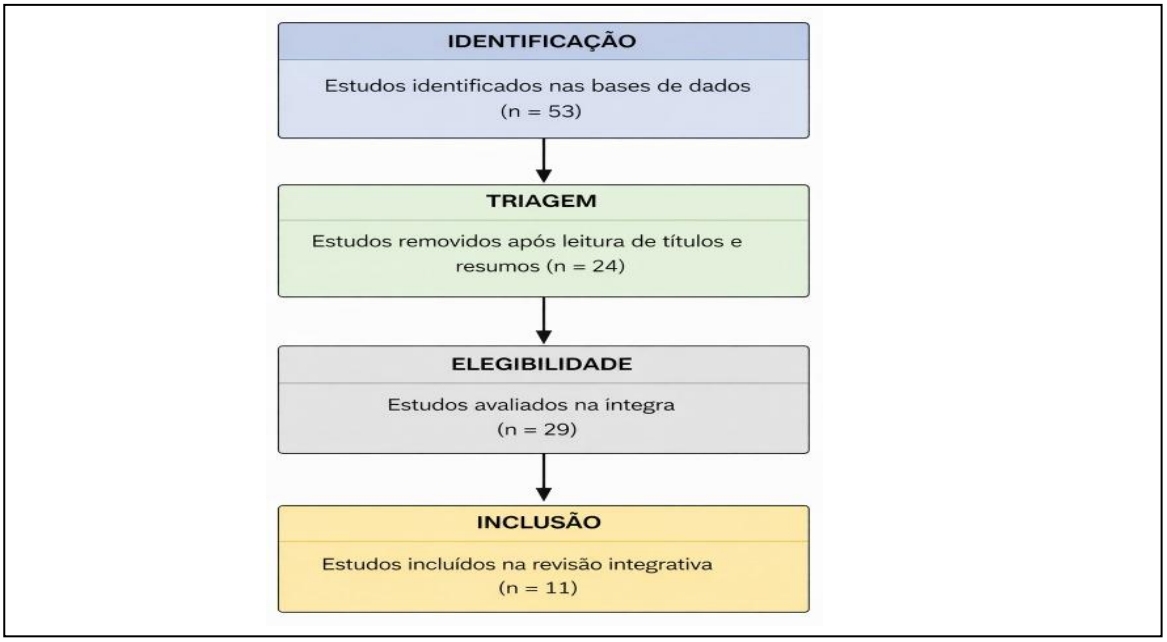
A análise dos estudos foi realizada por meio de leitura sistemática e categorização temática, considerando as contribuições teóricas, os contextos institucionais investigados e as estratégias de controle social relatadas. As categorias analíticas emergentes foram: (a) formas de uso das redes sociais pelos estudantes; (b) repercussões institucionais das manifestações digitais; (c) articulações com coletivos e movimentos externos; e (d) barreiras estruturais ao controle social digital. Como procedimento complementar de validação, adotou-se a análise de conteúdo, conforme Bardin (2009), assegurando rigor e consistência à interpretação qualitativa.

Os estudos que compõem o corpus da revisão integrativa são mobilizados exclusivamente na seção de Resultados e Discussão, de forma integrada e categorial, não sendo apresentados individualmente como parte do referencial teórico, o que se justifica por identificar padrões, convergências, tensões e lacunas na produção científica sobre o controle social universitário mediado por redes sociais digitais, em consonância com a abordagem da revisão integrativa.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 01/02/2026
Vol: 02.1
DOI: 10.61164/rae9gn89
Pages: 1-25

Figura 01: Fluxograma da Revisão Integrativa



Fonte: Autores, adaptado de Page *et al.* (2021) e Souza, Silva e Carvalho (2010).

O fluxograma, Figura 01, acima, representa as fases de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos estudos que compõem esta revisão integrativa. As etapas seguiram o modelo PRISMA (Page et al., 2021), adaptado à abordagem metodológica de revisão integrativa proposta por Souza, Silva e Carvalho (2010), assegurando transparência e reprodutibilidade ao processo de seleção.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos 11 estudos que compõem o corpus da revisão integrativa evidencia que o controle social no contexto universitário brasileiro é marcado por tensões entre sua institucionalização formal e sua efetividade democrática. Embora a participação e o controle social sejam amplamente reconhecidos como princípios normativos da gestão pública e da governança universitária, sua materialização prática ocorre de forma limitada, fragmentada e, em muitos casos, pouco responsiva às demandas estudantis. Esse descompasso entre reconhecimento normativo e operacionalização concreta constitui o eixo central dos resultados analisados.

Nesse sentido, o Quadro 01 apresenta a sistematização dos estudos selecionados, destacando objetivos, principais achados e categorias analíticas que

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 01/02/2026
Vol: 02.1
DOI: 10.61164/rae9gn89
Pages: 1-25

fundamentam a análise do controle social e da participação no ensino superior brasileiro.

Quadro 01 - Síntese analítica da produção acadêmica sobre participação e controle social no ensino superior

Código	Autores / Ano	Objetivo	Principais achados	Categoria analítica
E01	Kreutz; Mastella (2018)	Analisar a percepção da transparência como mecanismo de controle social	A transparência institucional fortalece o controle social e a capacidade de fiscalização da comunidade acadêmica, sendo condição para práticas contemporâneas de cobrança pública	Transparência e controle social
E02	Brito; Aguiar (2021)	Examinar a Ouvidoria como instrumento de participação	A Ouvidoria atua como canal formal de controle social, mas enfrenta limites estruturais e baixa cultura participativa	Mecanismos institucionais de controle
E03	Sousa et al. (2015)	Analisar o exercício do controle social por estudantes	Reconhecimento da importância do controle social, porém com baixa participação efetiva e fragilidade dos canais institucionais	Barreiras à participação estudantil
E04	Dobbss et al. (2023)	Identificar fatores da baixa adesão ao controle social	Falta de transparência, incentivo e formação cidadã explicam o desinteresse discente pelo controle social formal	Determinantes da baixa adesão
E05	Angeli (2025)	Investigar o papel das plataformas digitais na participação estudantil	Plataformas digitais ampliam informação, engajamento e possibilidades de participação e controle social	Plataformas digitais e participação
E06	Miorando et al. (2018)	Analisar a CPA como espaço participativo	A avaliação institucional pode fortalecer o controle social, mas tende à burocratização sem apropriação política	Avaliação institucional
E07	Santos (2016)	Analisar organização e engajamento do movimento estudantil	Redes de sociabilidade estruturam a mobilização e a continuidade do engajamento político estudantil	Redes de mobilização estudantil
E08	Klein et al. (2024)	Analisar redes sociais como “ouvidorias virtuais”	Predomina comunicação instrumental e baixa interação, limitando o controle social via redes sociais	Limites do controle social digital

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 01/02/2026
Vol: 02.1
DOI: 10.61164/rae9gn89
Pages: 1-25

Código	Autores / Ano	Objetivo	Principais achados	Categoria analítica
E09	Groppo et al. (2019)	Examinar coletivos juvenis como espaços de participação	Coletivos funcionam como microespaços públicos de engajamento, com desafios de continuidade institucional	Coletivos e participação política
E10	Sposito; Tarábola (2016)	Analisar experiências e trajetórias de participação política	A participação estudantil é marcada por múltiplas afiliações, tensões e centralidade das redes de sociabilidade	Trajetórias de participação
E11	Araújo et al. (2024)	Analisar desafios da gestão universitária participativa	A democratização da gestão exige mecanismos participativos efetivos e superação de práticas burocráticas	Gestão universitária participativa

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

A leitura do Quadro 01 evidencia a recorrência de diagnósticos que apontam para fragilidades estruturais nos mecanismos institucionais de participação e controle social, bem como para a baixa apropriação desses instrumentos pela comunidade acadêmica. Ao mesmo tempo, os estudos indicam a emergência de práticas informais e digitais de manifestação e cobrança pública, que tensionam os limites da institucionalidade universitária e sinalizam novos desafios para a comunicação e a accountability nas instituições federais de ensino.

4.1 Limites institucionais ao controle social universitário

Os estudos voltados à gestão pública, à transparência e aos mecanismos formais de participação institucional (E01; E02; E03; E04; E11) convergem ao apontar que o controle social nas universidades públicas brasileiras é atravessado por barreiras estruturais persistentes. Entre essas barreiras, destacam-se a burocratização dos canais institucionais, a assimetria de informações, a baixa cultura participativa e a fragilidade dos mecanismos de escuta e resposta por parte da gestão universitária.

Pesquisas que analisam a percepção da comunidade acadêmica indicam que, embora estudantes reconheçam a relevância do controle social, encontram dificuldades para acessar informações qualificadas. Esse cenário dialoga com a leitura de Schommer et al. (2015) acerca das limitações da coprodução do bem

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 01/02/2026
Vol: 02.1
DOI: 10.61164/rae9gn89
Pages: 1-25

público, apontando que a mera existência de canais digitais ou ouvidorias não se traduz automaticamente em *accountability* efetiva se não houver transparência inteligível.

Além disso, a literatura evidencia que a incorporação de modelos participativos na gestão universitária ocorre, muitas vezes, dissociada de transformações institucionais profundas. Conforme argumenta Paes de Paula (2016), a gestão pública brasileira ainda vive uma tensão entre práticas burocráticas herdadas e tentativas de modernização gerencial, o que frequentemente sufoca a dimensão sociopolítica da participação. Esse cenário, que Tatagiba (2021) descreve como um esvaziamento político dos espaços instituídos, contribui para compreender por que instâncias formalmente participativas, como conselhos e colegiados, acabam operando, na prática, apenas como espaços de homologação de decisões previamente tomadas pela reitoria.

4.2 Estratégias estudantis e emergência do controle social digital

Diante das fragilidades dos canais institucionais formais, os estudos analisados indicam a emergência de estratégias alternativas de participação e controle social, entre as quais se destacam as redes sociais digitais. Pesquisas que abordam diretamente o uso de plataformas digitais no contexto universitário (E05; E08) demonstram que essas ferramentas ampliam a visibilidade das demandas estudantis, favorecem a circulação de informações e possibilitam formas de pressão pública sobre a gestão universitária.

No entanto, os resultados também apontam limites relevantes à efetividade dessas práticas. Estudos que analisam a atuação institucional das universidades nas redes sociais mostram que essas plataformas são utilizadas predominantemente de forma informativa e instrumental, com baixa abertura ao diálogo e à deliberação. Esse padrão reforça a percepção de que, embora as redes ampliem a visibilidade das manifestações estudantis, sua conversão em respostas institucionais efetivas permanece restrita.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 01/02/2026
Vol: 02.1
DOI: 10.61164/rae9gn89
Pages: 1-25

Esses achados dialogam com a noção de autocomunicação de massa, desenvolvida por Castells (2009), segundo a qual as redes digitais permitem que os próprios sujeitos sociais produzam, difundam e legitimem narrativas capazes de tensionar a ordem institucional. Ainda assim, como argumenta Silveira (2011), a ampliação das possibilidades comunicacionais não garante, por si só, transformação institucional, especialmente quando as organizações não reconhecem essas práticas como canais legítimos de participação política.

4.3 Coletivos estudantis e redes de sociabilidade política

Paralelamente ao uso das plataformas digitais, os estudos que analisam o movimento estudantil e os coletivos juvenis (E07; E09; E10) evidenciam que a participação política dos estudantes se organiza a partir de redes de sociabilidade que extrapolam os espaços institucionais tradicionais. Esses coletivos configuram microespaços públicos de debate, socialização política e mobilização, nos quais as redes digitais atuam como extensões das relações presenciais. Tal constatação corrobora a perspectiva teórica de Sposito (2016), para quem a ação política juvenil contemporânea não se dissocia das dimensões da cultura e da sociabilidade, utilizando o grupo de pares e o cotidiano como *locus* privilegiado de politização, em detrimento das estruturas burocráticas formais.

Essas experiências coletivas desempenham papel central na formação política dos estudantes e na construção de repertórios de ação coletiva. Apesar disso, tais iniciativas enfrentam desafios relacionados à continuidade das ações e ao reconhecimento institucional de suas pautas. Essa tensão reflete o diagnóstico de Castells (2009) sobre a "cultura da autonomia" nas redes: enquanto os coletivos buscam horizontalidade e fluidez no ambiente digital, as instituições universitárias operam sob lógicas verticais e lentas, gerando um descompasso que Gohn (2019) classifica como o conflito entre a participação instituinte (dos movimentos) e a instituída (dos conselhos). A ausência de canais formais de interlocução contribui para que essas mobilizações operem, com frequência, à margem dos processos decisórios.

De forma transversal, os estudos convergem ao apontar que a efetividade do controle social é condicionada por fatores estruturais, como cultura organizacional e

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 01/02/2026
Vol: 02.1
DOI: 10.61164/rae9gn89
Pages: 1-25

abertura à participação (E02; E03; E11). Esses dados empíricos validam a premissa de Avritzer (2021) de que a inovação democrática não depende apenas da criação de novos espaços (físicos ou digitais), mas da "permeabilidade" das instituições em processar as demandas que emergem da sociedade. Assim, as redes sociais digitais tendem a atuar como mecanismos compensatórios, acionados justamente onde a *accountability* institucional se mostra insuficiente.

4.4 Síntese interpretativa dos achados

Em síntese, os resultados indicam que o controle social universitário mediado por redes digitais encontram-se em processo de consolidação e disputa. As redes sociais e os coletivos estudantis ampliam as possibilidades de visibilidade, mobilização e cobrança pública; entretanto, sua efetividade permanece limitada pela baixa integração às estruturas formais de governança universitária.

Esse cenário confirma o diagnóstico presente na literatura sobre gestão pública e participação democrática, especialmente nas análises de Paula Chies Schommer (2015), segundo a qual a transparência e a participação digital (coprodução) só geram *accountability* real quando acompanhadas por transformações na cultura institucional. Sem essa abertura, o ativismo digital corre o risco de permanecer como pressão externa, sem conseguir alterar o fluxo decisório interno, reproduzindo o que Tenório (2016) denomina de "cidadania deliberativa incompleta".

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou, por meio de uma revisão integrativa da literatura, como as redes sociais digitais têm sido mobilizadas por estudantes universitários como instrumentos de controle social no contexto das instituições públicas de ensino superior. A análise dos 11 estudos selecionados permitiu compreender não apenas usos diretos dessas plataformas, mas, sobretudo, as condições institucionais, os limites estruturais e as estratégias alternativas que moldam a participação estudantil contemporânea.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 01/02/2026
Vol: 02.1
DOI: 10.61164/rae9gn89
Pages: 1-25

Os resultados evidenciam que o controle social universitário é marcado por um descompasso entre sua institucionalização formal e sua efetividade democrática. Embora existam mecanismos institucionais previstos para a participação e a fiscalização, como ouvidorias, conselhos e instâncias avaliativas, esses canais operam, em muitos casos, de forma burocratizada e com baixa capacidade de resposta às demandas estudantis. Nesse cenário, as redes sociais digitais emergem menos como substitutas dos mecanismos formais e mais como estratégias compensatórias de visibilidade, mobilização e cobrança pública, acionadas diante das fragilidades da governança universitária.

Longe de se configurarem apenas como canais de comunicação, as redes sociais digitais têm funcionado como formas de accountability vertical não institucionalizada, permitindo que estudantes rompam o isolamento burocrático e tornem públicas pautas que frequentemente não encontram ressonância nos canais tradicionais de participação. No entanto, a revisão também revelou a natureza ambígua desse fenômeno. Se, por um lado, o ativismo digital amplia os repertórios de ação política e possibilita a construção de narrativas contra-hegemônicas, por outro, sua efetividade institucional permanece condicionada à rigidez das estruturas universitárias e à baixa responsividade das gestões acadêmicas.

Esse cenário pode ser compreendido como uma expressão do hibridismo característico da administração pública brasileira, no qual inovações participativas convivem com práticas organizacionais centralizadas. A velocidade e a visibilidade das mobilizações em rede contrastam com a temporalidade lenta e procedimental das respostas institucionais, resultando, muitas vezes, em estratégias defensivas, silenciamento ou respostas pontuais de gestão de crise por parte das universidades. Como apontam os estudos analisados, a ausência de políticas estruturadas de escuta e diálogo limita a conversão das manifestações digitais em mudanças institucionais efetivas.

Apesar desses limites, a literatura revisada converge ao reconhecer que o controle social mediado por redes digitais representa uma via relevante de participação política no ambiente universitário contemporâneo. As redes e os coletivos

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 01/02/2026
Vol: 02.1
DOI: 10.61164/rae9gn89
Pages: 1-25

estudantis ampliam os espaços de debate público, tensionam modelos tradicionais de governança e evidenciam demandas por maior transparência, diálogo e democratização da gestão. Seu potencial democrático, contudo, depende do reconhecimento institucional das vozes estudantis e da incorporação do ambiente digital como espaço legítimo de escuta, deliberação e governança participativa.

Como limitação, este estudo concentrou-se em um número restrito de produções e revelou a ainda incipiente sistematização do tema na literatura, especialmente no que se refere a análises empíricas aprofundadas sobre os efeitos institucionais do ativismo digital estudantil. Nesse sentido, recomenda-se que pesquisas futuras investiguem experiências concretas de universidades que tenham incorporado práticas de gestão participativa mediadas por redes sociais, bem como análises comparativas entre instituições e contextos distintos. Também se mostra relevante ampliar os estudos sobre os impactos do ativismo digital estudantil na formulação de políticas públicas educacionais em níveis estadual e federal, considerando o papel crescente das juventudes conectadas na arena política brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. R. M. de; BAUTISTA, J. B.; ADDOR, F. Potencialidades e limites do uso da tecnologia para o aprofundamento da democracia. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 13, n. 27, p. 208-226, jan./abr. 2017. Disponível em: https://revistas.utfpr.edu.br/rts/article/download/4908/3349. Acesso em: 03 out. 2025.

AMADEU DA SILVEIRA, Sérgio. *Colonialismo digital: a infraestrutura do controle*. São Paulo: Hedra, 2021.

ANGELI, Thaína Rodrigues Gava. Democratização e participação estudantil no IFES Nova Venécia: o papel das plataformas digitais. In: **Anais do Seminário de Teses e Dissertações do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFSCar)**, 2025. Disponível em: https://ciet.ufscar.br/submissao/index.php/ppge/article/view/2936. Acesso em: 19 nov. 2025.

ARAÚJO, Carolina Santiago Silveira Polaro de; COSTA, Saulo Felipe; ARAÚJO, Cletiane Medeiros Costa de; ARAÚJO FILHO, Frederico Augusto Polaro; VIÉGAS, Thales Brindeiro Lacet. Gestão universitária participativa: os desafios da construção de uma estratégia democrática para o ensino superior. **Revista de Ciências da Saúde Nova Esperança**, [S. l.], v. 22, n. 3, p. 426-438, 2024. DOI:

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 01/02/2026
Vol: 02.1
DOI: 10.61164/rae9gn89
Pages: 1-25

https://doi.org/10.17695/rcsne.vol22.n3.p426-438. Disponível em: http://www.revistanovaesperanca.com.br/index.php/revistane/article/view/1069. Acesso em: 15 nov. 2025.

AVRITZER, Leonardo. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 118, p. 13-40, 2023.

BARCELLOS, Ana Paula de. **A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana.** 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

BENEVIDES, Maria Vitória. **Cidadania e democracia**. São Paulo: Ática, 1996.

BRITO, Maria Ivoneide de Lima; AGUIAR, Larissa dos Santos. A participação e o controle social sob o olhar da Ouvidoria da UnB. **Revista Científica da Associação Brasileira de Ouvidores/Ombudsman (ABO)**, Brasília, v. 4, 2021. Disponível em: https://revista.abonacional.org.br/files/edicoes/artigos/04_202140.pdf. Acesso em: 14 nov. 2025.

BREDOW, Valdirene Hessler. Políticas educacionais, formação docente e tecnologias na construção da fluência tecnológico-pedagógica. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, 2025. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/45601. Acesso em: 11 out. 2025.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

CETIC.BR. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2023. São Paulo: **Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2024**. Disponível em: https://cetic.br/pt/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2023/. Acesso em: 30 jan. 2026.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 18, p. 5-15, 2003. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/arbenedviticle/view/16185/8795. Acesso em: 06 nov. 2025.

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio; SOARES, Leôncio José Gomes. Formação de educadoras/es, diversidade e compromisso social. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 35, e217314, 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-4698217314.

FARNESE, Pedro. Comunicação organizacional em universidades públicas: divulgação da ciência e combate à desinformação. *Journal of Science Communication - América Latina*, v. 6, n. 1, 2023..

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 01/02/2026
Vol: 02.1
DOI: 10.61164/rae9gn89
Pages: 1-25

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2019.

GROPPO, Luís Antonio; RAMOS, Mariana Pereira; TREVISAN, Júnior Roberto Faria; SILVA, Guilherme Abrão da; SILVEIRA, Isabella Batista. Coletivos juvenis políticos em uma universidade pública mineira: microespaço público e experiências de participação no movimento estudantil. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 14, n. 3, 2019. DOI: https://doi.org/10.5212/praxeduc.v.14n3.013.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v. 1.

KLEIN, João Vitor; LUZ, Manuela Celia; BENTO, Manuela Gil; SCROFERNEKER, Cleusa Maria Andrade. O silêncio das melhores universidades brasileiras em ouvidorias virtuais ressignificadas: uma análise comparativa das (faltas de) conversações entre organização e público no Instagram e Facebook. In: **Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas**, XVIII., 2024, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2024.

KREUTZ, Rafael Rudolfo; MASTELLA, Mauro. A influência da transparência sobre o controle social: uma análise da percepção da comunidade acadêmica de uma IES. **Competência – Revista da Educação Superior do Senac-RS**, v. 11, n. 2, p. 1-13, 2018. DOI: https://doi.org/10.24936/2177-4986.v11n2.2018.660.

LEHER, Roberto. A universidade pública brasileira: ameaças e desafios em tempos de crise. 2021.

LEONARDO, R. Comunicação institucional através do Instagram: o caso de uma universidade pública federal. Repositório Institucional UFDPar, 2024.

MANCEBO, Deise. Trabalho docente e as novas configurações da educação superior no Brasil. Revista Brasileira de Educação, v. 27, 2022.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008. Disponível em: https://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400018. Acesso em: 24 set. 2025.

MIORANDO, Bruno Sfredo; LEITE, C. E.; CAREGNATO, C. E. Avaliação institucional e participação na universidade. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 23, n. 1, p. 263-286, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/S1414-40772018000100014.

MIORANDO, Bernardo Sfredo; LEITE, Denise Balarine Cavalheiro. Dimensões do engajamento estudantil para o contexto brasileiro: a emergência política da

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 01/02/2026
Vol: 02.1
DOI: 10.61164/rae9gn89
Pages: 1-25

participação para a inovação pedagógica na Educação Superior. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 173-195, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/330379401. Acesso em: 15 out. 2025.

MONTEIRO, Angélica. O Processo de Bolonha e o trabalho pedagógico em plataformas digitais: possíveis implicações. In: MONTEIRO, António et al. (ed.). **Educação online: pedagogia e aprendizagens em plataformas digitais**. Santo Tirso: De Facto, 2012. p. 45-54. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/WcrSn45gb3vvWHMLP4F7RmQ/.

PAES DE PAULA, Ana Paula. *Para além dos paradigmas nos Estudos Organizacionais: o Círculo das Matrizes Epistêmicas*. Cadernos EBAPE.BR, 2016.

PAGE, M. J. et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**, v. 372, n. 71, 2021. DOI: https://doi.org/10.1136/bmj.n71.

PARRA SANDOVAL, María Cristina. Perfil do estudante universitário latino-americano: estado da arte. UNESCO/IIPE, 2021.

PINTO, Marta; LEITE, Carlinda. As tecnologias digitais nos percursos de sucesso acadêmico de estudantes não tradicionais do ensino superior. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 46, e225184, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046225184.

RICARDO, E. K. T**.** Marketing digital: o Instagram como estratégia de divulgação em biblioteca universitária. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Ceará, 2024.

RODRIGUES, Abiglacy; SINVAL, Julianna Formiga Moura. Ciberativismo: a extensão da militância no espaço virtual. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 34., 2011, Recife. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2011. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-1016-1.pdf. Acesso em: 25 out. 2025.

SABIONI, Marjorie et al. Contextos (in)adequados para o engajamento cidadão no controle social. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 477-495, 2016. DOI: https://doi.org/10.1590/0034-7612153694.

SANTOS, Adrielma Silveira Fortuna dos. Movimento estudantil universitário de Sergipe: modelos de organização, redes sociais e engajamento individual (2000-2015). 233 f. Dissertação (Pós-Graduação em Sociologia) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016. Disponível em: https://ri.ufs.br/handle/riufs/6331. Acesso em: 11 nov. 2025.

SCHOMMER, Paula Chies et al. Accountability, coprodução da informação e do controle: observatórios sociais e suas relações com órgãos governamentais. **Revista de Administração Pública,** Rio de Janeiro, v. 49, n. 6, p. 1375-1400, nov./dez. 2015.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 01/02/2026
Vol: 02.1
DOI: 10.61164/rae9gn89
Pages: 1-25

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Para analisar o poder tecnológico como poder político. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; BRAGA, Sérgio; PENTEADO, Cláudio (org.). **Cultura, política e ativismo nas redes digitais**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 15-32. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2019/03/RedesDigitais-web.pdf. Acesso em: 15 out. 2025.

SIMÃO, Caio Ragazzi Pauli. O movimento estudantil na produção acadêmica no campo da educação: uma lacuna a ser preenchida? Dissertação (Mestrado), UFSC, 2016.

SOUSA, Anderson Rafael Costa; SOUSA, Ceciane Portela; MOURA, Conceição de Maria dos Santos; RIBEIRO, Elivânia Leal. Controle social exercitado nas universidades públicas de Teresina (PI): um estudo com acadêmicos de ciências contábeis. **Revista Controle**, v. XIII, n. 2, dez. 2015. Disponível em: https://www.tce.ce.gov.br/edicoes/revista-controle-volume-xiii-n-2-dezembro-2015/send/241-revista-controle-volume-xiii-n-2-dezembro-2015/3362-artigo-6-controle-social-exercitado-nas-universidades-publicas-de-teresina-pi-um-estudo-com-academicos-de-ciencias-contabeis. Acesso em: 14 nov. 2025.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.

SPOSITO, Marilia Pontes; TARÁBOLA, Felipe de Souza. Experiência universitária e afiliação: multiplicidade, tensões e desafios da participação política dos estudantes. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1009-1028, out./dez. 2016. DOI: https://doi.org/10.1590/es0101-73302016166158. Disponível em: https://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000401009. Acesso em: 01 nov. 2025.

TATAGIBA, Luciana. A participação social no Brasil sob o governo Bolsonaro: desmonte e resistência. In: AVRITZER, L. et al (Orgs.). Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Cidadania e gestão social. 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2016.

VIDAL, Eloisa Maia; VIEIRA, Sofia Lerche (org.). Política educacional, gestão e aprendizagem: estudos e pesquisas. Fortaleza: EdUECE, 2019. Disponível em: https://www.uece.br/eduece/wp-content/uploads/sites/88/2023/09/Politica-educacional-gestao-e-aprendizagem-vol1.pdf. Acesso em: 02 out. 2025.